



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO RACIAL NO SERVIÇO SOCIAL: desafios e atravessamentos a profissão

MARIA ZELMA DE ARAÚJO MADEIRA ¹
DRIELLY NASCIMENTO HOLANDA ²
NÁDIA AMARO DO CARMO ²

RESUMO

A categoria da Questão Social, configura-se como importante objeto de intervenção do Serviço Social. Com isso, no presente artigo, propomos tecer breves apontamentos acerca da trajetória profissional no Brasil, bem como as particularidades da formação sócio-histórica baseada na escravidão moderna, que se estrutura sob raízes do projeto de colonialidade patriarcal, racista e paternalista. Buscar-se-á relacionar o objeto de intervenção da profissão com uma categoria basilar a ela, no caso, a questão racial, posto que a compreensão da formação social brasileira se dá a partir do entendimento das relações raciais e seus impactos na organização econômica e política do país.

Palavras chave: Questão Racial. Serviço Social. Racismo.

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Ceará

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Do Ceará

Formação Profissional.

RESUMEN

La categoría de Cuestión Social se configura como un importante objeto de intervención del Servicio Social. Así, en el presente artículo, nos proponemos hacer breves apuntes sobre la trayectoria profesional en Brasil, así como las particularidades de la formación socio-histórica basada en la esclavitud moderna, que se estructura bajo las raíces del proyecto de colonialidad patriarcal, racista y paternalista. El objetivo es relacionar el objeto de intervención de la profesión con una categoría fundamental, en este caso, la cuestión racial, ya que la comprensión de la formación social brasileña se basa en la comprensión de las relaciones raciales y su impacto en la organización económica y política del país.

Palabras clave: Cuestión racial. Servicio social. Racismo. Formación profesional.

1. INTRODUÇÃO

A partir da análise da formação social e história do Brasil e das condições de vida da população negra, compreendemos que este país detém altos níveis de desigualdades sociorraciais. Esta questão é multifacetada, porém guarda raízes no racismo estrutural. Perpassando por várias questões, o racismo é elemento definidor de papéis sociais, segmentação e posicionamento de pessoas negras no lugar do subalterno. Nossa sociabilidade é estruturada a partir dos eixos classe, raça e gênero, que se atravessam, definem lugares para homens e mulheres e produzem opressões e desigualdades nessa ordem institucionalizada.

Porém, nossa avaliação se deterá a analisar a questão racial, pois, nos

propomos discutir sobre a relação entre o Serviço Social e a questão racial, por acreditarmos que são necessárias novas perspectivas teórico metodológica ao compreender o objeto de intervenção da profissão, ou seja, as múltiplas expressões da questão social.

Em um primeiro momento, abordaremos algumas questões relacionadas à formação do Serviço Social no Brasil, demarcando algumas transformações que a categoria profissional sofreu desde a sua institucionalização nos anos de 1930. Em seguida, será tratada a questão racial no Brasil, frisando o racismo como um elemento que estrutura as relações sociais. Logo após, situamos as produções realizadas pela categoria a respeito do enfrentamento da questão racial, ora entendida como intimamente relacionada à questão social. E por fim, trazemos alguns limites e possibilidades para a profissão, situando a necessidade de amadurecimento teórico metodológico, ético político e técnico operativo no que concerne a questão racial, racismo, desigualdades raciais e propostas de intervenção numa plataforma antirracista no interior da categoria do Serviço Social.

2 APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Ao se institucionalizar na década de 1930, o Serviço Social no Brasil irá se deparar com os processos recentes do pós-abolição junto ao período de industrialização, urbanização e abertura dos postos de trabalho para imigrantes estrangeiros. É válido considerar o quanto a abolição da escravatura foi um processo inconcluso, haja vista não ter contado com políticas de reparação pelo passado criminoso que foi a escravidão e das consequências de ter uma população sem oportunidades de inserção numa sociedade que se industrializava, posto que não foi tida como classe trabalhadora e sim como classe perigosa que ameaçava a ordem vigente. Nesse sentido, é ilustrativa as palavras de Consorte:

(...) o Estado brasileiro transferiu aos ex-escravizados e seus descendentes inteira responsabilidade pela sua sobrevivência, expressando seu total desinteresse pela sua reprodução física e cultural. Seu projeto de nação moderna, branca, ocidental e cristã não comportava tão expressiva população de negros (CONSORTE, 1991, p. 92).

É possível crer que essa massa de ex-escravizados jogados a sua própria

sorte ou azar iriam conformar grandes problemas sociais à expressão da questão social naquele contexto de agudização das expressões da questão social por lamamoto (2009). A legitimidade desta profissão está em trabalhar com as expressões da questão social, com os problemas reveladores das desigualdades: econômica, social, política e cultural, bem como as formas como os sujeitos as enfrentam.

Nos anos 30, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. (YAZBEK, 2009, p.6).

A autora ainda reitera que o processo de institucionalização do Serviço Social e sua legitimidade quanto à profissão está vinculada às mobilizações do Estado, empresas e igreja católica, com vistas a apostar no enfrentamento da Questão Social. Ainda situando um contexto de contradição Yazbek (2009), nos impele a compreender que conjunto de processos sociais implicaram no desenvolvimento desta profissão.

O Serviço Social tem sua base sob influência da Igreja Católica, e aos poucos vai estabelecendo uma relação entre Estado e Igreja. As protoformas da profissão são avistadas nos grupos ligados a referida denominação religiosa, bem como o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, criado em 1932 (IAMAMOTO, 2014). Em 1936 surge a primeira escola de Serviço Social instituída pela CEAS, em São Paulo.

Em meados da década de 1940, a profissão passa a se institucionalizar em decorrência do desenvolvimento do capitalismo. Através da Legião Brasileira de Assistência (LBA)³, em 1942. Pontuamos também o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), “sua importância se revela apenas como marco de preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas” (IAMAMOTO, 2014, p.264). Ainda segundo a autora este conselho se caracterizou como uma ferramenta de reprodução do clientelismo político.

³“O surgimento da LBA terá, de imediato, um amplo papel de mobilização da opinião pública para apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo governo, e conseqüentemente ao próprio governo ditatorial. Nesse sentido serão lançadas diversas campanhas em âmbito nacional (...) A assistência às famílias dos convocados terá um caráter promocional. (IAMAMOTO, 2014, p.265)

Também destacamos ligação com a indústria através da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1946 e Serviço Social da Indústria (SESI), oficializado em 1946. O primeiro relacionado a qualificação de mão-de-obra juvenil para a indústria e este segundo para a promoção do bem-estar e qualidade de vida para os trabalhadores.

Nas décadas subsequentes observa-se que o desenvolvimento da profissão que vai se tecnificando e aproximando de outras correntes teóricas, como positivismo, funcionalismo até chegar nos processos de reconceituação que se inicia em 1960 e perdura até os anos de 1970. Nosso maior intuito com esse resgate histórico é compreender que:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 77).

Em seguida, com o advento da Reconceituação e aproximação com a teoria crítica esta questão passa a ser compreendida como fruto da contradição do sistema capitalista e exploração do trabalho. Ampliando as possibilidades de compreensão acerca das condições de vida que as classes menos favorecidas. Ocasionalmente em um desenvolvimento da demanda de intervenção da profissão junto a estas classes.

Ainda ressaltamos que no surgimento da profissão a Questão Social é vista como uma questão moralizante, individualista focado em um viés psicologizante. E é sob tal perspectiva que as demandas apresentadas pela população recém saída da escravidão vai ser tratada, de modo que as expressões da questão social apresentadas irão ser lida como de sua inteira responsabilidade, posto que passara a se livre, tratada com igualdade e contando com a fraternidade e solidariedade da sociedade, entendimento esse guiado pela vertente do liberalismo.

[...] a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do

processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecruzam com a "questão social", mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (PAULO NETTO, 2011b, p. 18, grifos do autor).

Vale salientar que o Serviço Social crítico ainda não deu a devida importância da questão racial como particularidade da formação social brasileira e o tema seguiu por mais tempo sendo desprezado, trazendo sérias consequências e os motivos foram muitos, tais como

Nessa direção, o presente artigo, busca propor uma análise acerca de como foram constituídas as relações sociais, sobretudo, no que tange às classes subalternizadas, a partir da ótica da formação social brasileira. As desigualdades no Brasil possuem raízes históricas no modo de produção escravista, e Netto (2001) evidencia que a Questão Social é gerada pelo capitalismo. Deste modo, enfatizamos existir uma correlação entre as expressões da questão social e as disparidades raciais, em razão da população negra está posicionada nos piores indicadores sociais. Santos (2012) evidencia a centralidade da questão social na concepção da formação do profissional de Serviço Social. Salientamos assim, que Theodoro (2014) anuncia que "o tema das desigualdades raciais se afirmou no Brasil no bojo de um amplo debate sobre a questão social". (p. 207). Cabe frisar que, de acordo com Gonçalves (2018), a questão racial denota-se como o nó da questão social. Tornando o debate em torno da questão racial imprescindível para que se compreenda melhor o objeto de trabalho do Serviço Social.

3 PARTICULARIDADES DA QUESTÃO RACIAL NA REALIDADE BRASILEIRA

A reprodução das relações sociais e econômicas no Brasil resultam de uma formação sócio-histórica enraizada na escravidão moderna. Estas relações são, por sua vez, produtoras de desigualdades socio raciais que estabelecem os moldes de sociabilidade em todos os âmbitos, definindo lugares hierarquizados entre brancos/as e negros/as. Este último, ocupa os piores indicadores sociais, e seu lugar é restringido às oportunidades de ascensão e mobilidade social.

No entendimento de Moraes (2013), o racismo no Brasil se dá por um efeito

cascata, que apresenta suas raízes no sistema escravagista, demarcado com o impedimento ao trabalho no pós-escravidão, ocasionando em uma intensificação na marginalização de negro/as, que irá dar margens para uma exclusão dos direitos deste grupo. Bem como houve o predomínio da sustentação do mito da democracia racial, disseminando o discurso de uma falsa harmonia entre os grupos raciais.

Para Nascimento (2019, p.322), “Nessa perspectiva, a escravidão mercantil europeia teria sido um sistema instituído e motivado somente por considerações econômicas, isto é, a necessidade de mão de obra para as colônias. O racismo seria meramente uma ferramenta para consolidar e apoiar o sistema econômico vigente. Assim, destacamos que a ferramenta que conduziu o estabelecimento do processo de colonização foi o racismo.

A respeito da escravidão, podemos afirmar de acordo com Schwarcz (2019), que para além de uma relação econômica, esta é definidora das desigualdades, e moldou as relações e solidificou a raça como um marcador de diferenças. Nascimento (2019) reforça essa afirmativa ao tratar que o “(...) escravismo europeu, baseado como foi sobre a ideia de que os africanos não são humanos, porém animais ou objetos, e seu destino natural à servidão. (p 323)” Com isso, a escravidão como um modelo econômico escravagista também produzirá a figura da pessoa negra como aquela que está predestinada a assumir o lugar do subalterno.

Também frisamos que, para alguns autores, o racismo advém do conceito de raça, dado às teorias raciais do século XIX. A respeito dessa categoria Moreira (2019) apresenta uma problemática a respeito do uso do termo ser válido ou não no campo científico, dessa maneira o autor apresenta que:

A noção de raça enfrenta o mesmo problema. Muitos a definem como uma realidade biológica, enquanto outros afirmam que ela não pode ser um critério válido de classificação dos seres humanos porque não tem validade científica. (MOREIRA, 2019, p.39).

Com isso, destacamos que o conceito entendido de raça parte de uma concepção política, em razão do seu sentido biológico não ter sustentação para uma compreensão social. Nesse sentido, coadunamos com Gomes (2012),

Uma dimensão mais profunda da invenção da raça, trazendo-nos para o contexto latino-americano e problematizando que, antes de se consolidar como um conceito

de ciência e, portanto, uma forma de classificação social imbricada nas estratégias de poder colonial. Esta noção foi se tornando, paulatinamente, um instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico e até pedagógico. A empreitada colonial educativa e civilizadora esteve impregnada da ideia de raça. (GOMES, 2012, p.703).

Para compreender o racismo coadunamos com as definições abordadas por Almeida (2018), ao afirmar que ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico, o racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente. O autor analisa o racismo a partir de três esferas, sendo estas, a individual, institucional e estrutural.

Conforme Sílvio de Almeida (2018), na concepção individualista a ênfase recai na relação estabelecida entre racismo e subjetividade, tem destaque as relações interpessoais restrita a ordem comportamental, compreende a dimensão do racismo associado a uma questão moral e ética. Quando o mesmo é percebido nas relações interpessoais, ou seja, relacionado ao preconceito. O autor adverte que essa análise e compreensão do que seria racismo é frágil e limitada, pois todo racismo é estrutural.

Já na esfera institucional, o autor destaca que é um avanço no campo de análise sobre as relações étnico-raciais e que esta se caracteriza como o “resultado do funcionamento das instituições” (ALMEIDA, 2018, p. 26). A partir disso, as instituições poderão atuar conferindo desvantagem a um determinado grupo racial. Frisando ainda, a dimensão de poder entre grupos os demais raciais. Somado a isto, as instituições constituem-se como reflexo da sociedade, e irão reproduzir os valores e normas da mesma, bem como as instituições são geridas por pessoas, estas organizações formam os comportamentos humanos. Nesse sentido, o autor destaca que os conflitos raciais também integram uma instituição.

Aprofundando a análise, Almeida (2018), adentra na dimensão estrutural do racismo, no qual destaca que o racismo se constitui como um elemento que forma a estrutura social, a qual é constituída por inúmeros conflitos, sendo a raça, um deles. O racismo para além da esfera interpessoal ou institucional é o elemento constitutivo de uma sociedade, fazendo parte da ordem social. O mesmo irá modelar as relações

econômicas, políticas, jurídicas, ou seja, a sociedade inteiramente. Para Almeida(2018) o racismo é,

(...) uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Aqui, considera-se que comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo pensar sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Frisando, por fim, que as concepções apresentadas primeiramente só existem em decorrência de uma estrutura social racista. Essa estrutura social é produzida a partir de um processo histórico e político, conferindo como elemento para uma sociedade reprodutora de desigualdades. O autor ainda destaca que este termo não significa dizer que as ações de políticas antirracista sejam ineficientes ou que indivíduos não possam ser responsabilizados ao cometerem ações discriminatórias. Para além dessa relação do campo de estereótipos ou do ato de discriminar, o autor pontua que o racismo se denota em uma discriminação sistemática, ou seja, ela irá se atrelar a um sistema que posiciona, que podem gerar desvantagens a um grupo racial específico.

Munanga e Gomes (2016), pontuam que o racismo é consequência da crença de que existam raças inferiores e superiores, e que isso é exemplificado pelo meio científico nas tentativas de se justificar a escravidão no século XIX. Nesse período, essas teorias teriam o papel de embasar a exploração de seres inferiores. Por essa razão, fazia-se necessário a dominação e exploração desses povos.

Dado a essa crença fundada na animalização, subalternização e desumanização, a população negra foi considerada como classe perigosa, ou seja, marginalizada, destituída de ética e moral, portanto, não é dotada de civilidade. Esta afirmativa irá predominar o imaginário coletivo, relacionando negros/as ao atraso e inferioridade.

Consoante Abdias do Nascimento (2017), esse pensamento mitigou a propagação do mito da democracia racial, pautada na ideia de misturas entre raças. Segundo o autor, criou-se um imaginário de cordialidade, notadamente, docilizado acerca da compreensão das relações étnico-raciais no cenário brasileiro. Essa

imagética, atua como uma estratégia que tem como pilar central, a popularização de que não há racismo no Brasil. Um outro aspecto importante, que assume esse caráter de negar a existência de desigualdades raciais no país, é aquela justificada na postulação do “mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos”. (NASCIMENTO, 2017, p. 66).

Nos dizeres de Nascimento (2017), se diferente de outros contextos, não atuamos de forma explicitamente violenta, agimos de forma ainda mais brutal, quando fortalecemos o mito da democracia racial, acreditando veementemente numa cordialidade que não só não existe, como permite que negros/as, mesmo no cenário de pós-abolição, não acessem a direitos básicos, tais como saúde, educação, mercado de trabalho, ensino superior e cargos de gestão, por exemplo.

Compreensões limitadas marcada por ausências acerca do que significou a escravidão moderna, as estruturas caucionadas pela escravidão, a abolição da escravatura de modo inacabado, mestiçagem como dispositivo de poder, mito da democracia, silenciamento sobre as resistências plurais negras e o desdobramento do racismo estrutural comprometem a formação e o trabalho profissional do Serviço Social, cujo propósito é analisar e intervir junto aos problemas de ordem econômica, política e cultural na realidade brasileira, voltada para garantia de acesso a direitos. Portanto, o Brasil de hoje ainda preserva seus legados escravistas e ditatoriais nas relações sociais e na formulação e efetivação das políticas públicas. Justamente por isso tem valor entender a raça como um elemento estruturante de como direitos são historicamente concebidos, negados e usufruídos de forma desigual na sociedade.

4 SERVIÇO SOCIAL E DEBATE ÉTNICO-RACIAL: DESAFIOS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Diante do exposto, compreendendo, que nos últimos anos o debate acerca da questão racial vem ganhando grande notoriedade na formação e no exercício profissional do/a Assistente Social, bem como nas instituições responsáveis pela elaboração dos currículos formativos, regulamentação da profissão, assim como das atividades que pautam o fazer profissional da categoria, como ABEPSS e o Conjunto

CFESS/CRESS. Torna-se imprescindível realizar o debate acerca dos desafios que atravessam o processo de formação em Serviço Social no cenário contemporâneo.

O advento das discussões sobre a questão racial por parte de algumas instituições, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), traz à tona a necessidade de refletir a formação profissional, partindo do princípio de compreensão das particularidades da formação social brasileira. Partindo disso, a ABEPSS, recentemente, formulou uma cartilha com subsídios para direcionar a formação em Serviço Social, com base nas questões de raça, assim como também formular propostas de modificação nas antigas matrizes curriculares e mais à frente pelas Campanhas lançadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, tendo como objetivo ressignificar a atuação dos/as Assistentes Sociais pautados nas especificidades da população negra. (ABEPSS, 2018).

Marilda Yamamoto, em seu livro *Relações Sociais* (1995), afirma que para melhor apreensão da construção histórica do Serviço Social enquanto profissão, é imprescindível a análise da *questão social*, bem como seu acirramento no que tange ao parecer dos grupos dominantes face à problemática, isto porque as posições assumidas se encontram no bloco abrangente das contradições inerentes ao sistema capitalista.

Neste momento, é importante frisar que conforme Yamamoto (1995), falta ao Serviço Social a reflexão referente ao cenário do pós-abolição, na qual ex-escravizados foram marginalizados e sendo entendidos como parte do grupo da *classe perigosa*, isto significa dizer que com a crise de 1929, seguido do movimento de 1930, ao tentar realinhar a sociedade, a igreja, com o apoio do Estado, não traçou estratégias para tratar as peculiaridades da população negra, advinda dos processos de escravização. Assim a *questão social*, foi posta como pano de fundo para criação de estratégias que lidavam com a desigualdade social, lançando mão do debate racial. (YAMAMOTO, 1995, grifos nossos).

Ao abordar o histórico das condições laborais do proletariado industrial com a grande amálgama nas cidades nota-se o amplo interesse (leia-se avarícia) do capital por trabalho excedente (mais-valia), neste momento, a autora já sinaliza que a maior parcela de operários se tratava de imigrantes, do qual a população local era

marginalizada e afastada das cidades. (IBIDEM, 1995).

Iamamoto (1995), trará em sua obra, dados apontando que no ano de 1920, a depender, da empresa/instituição, mulheres e crianças tornar-se-ão indispensáveis ao sistema capitalista, donde exerciam a mesma jornada de trabalho de um homem, à semelhança do mesmo ritmo produtivo (inclusive no trabalho noturno). Ficando nítido, portanto, que políticas de proteção ao trabalhador inexistem. Embasado nisso, é válido ressaltar que diante das condições trabalhistas e a própria manutenção do homem para sua existência, a classe trabalhadora passará a se organizar contra as diversas opressões sofridas no lócus laboral.

A luta reivindicatória estará centrada na defesa do poder aquisitivo dos salários – num período de constantes surtos inflacionários – na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento de suas entidades, que aparecerão com maior ou menor ênfase de acordo com a conjuntura e características dos movimentos e de suas lideranças. (IAMAMOTO, 1995, p. 133).

Note-se que sempre é levantado o debate em torno da categoria *classe operária*, contudo não especifica o recorte da população que compõe este setor. Nesse ínterim, “(...) não se tratou de uma crise de mão de obra, como até hoje se propala, mas da substituição de um tipo de trabalhador por outro, o isolamento de uma massa populacional disponível e a colocação, no seu lugar, daquele trabalhador que vinha subvencionado.” (MOURA, 2019).

Moura (2019), complementa a discussão, ao afirmar que essa “herança da escravidão” sumariamente afirmada como um problema da população negra, em verdade, se encontra presente na realidade das classes dominantes que estruturam discriminações permitindo o impedimento social, cultural, político e econômico da urgência de um redirecionamento crítico que proponha uma nova disposição social, no intuito de reconstituir as relações sociorraciais no Brasil.

De acordo com Madeira (2017), a transição da escravidão para o sistema capitalista contribui para a construção de uma imagem estigmatizada do trabalho realizado por negros/as, o que ratifica a discriminação em âmbito de trabalho até os dias atuais, isto pois a população negra não atendia as necessidades do capitalismo.

Na direção em que a temática racial se encontra como um elemento em lacuna no Serviço Social, Iamamoto (2001), declara que para desempenhar um trabalho em torno da questão social, atualmente, é necessário dilucidar as desigualdades sociais em seus delineamentos de etnia, raça, gênero, nacionalidade, religião, cultura etc. Sendo importante também “decifrar as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais”. (IBIDEM, 2001, p.114).

A intersecção entre raça e classe nas sociedades pós-escravistas já se apresentavam como discussão para as ciências sociais brasileiras. Baseados na teoria metodológica da sociologia do conflito marxista, Fernandes (1955) e Hasenbalg (1979), *exempli gratia*, já trabalhavam a apreensão de que o mundo social dar-se-ia por meio de grupos, ou, sujeitos que tentam sobrelevar uns sobre os outros seus interesses políticos, culturais e/ou econômicos. Determinações essas que, ora se apresentam em caráter científico porque podem pauperizar ideologicamente certos interesses, ora opressivos porque reprimem.

Desse modo é preciso entender a questão racial como oriunda das questões de classe, uma vez que, conforme Ianni (1978) a relação entre capitalismo e escravização se constituíam paralelamente ao passo em que “o mesmo processo de acumulação primitiva, que na Inglaterra estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial, produzia no Novo Mundo a escravatura, aberta ou disfarçada”. (IANNI, 1978, p. 4).

Assim, para compreender em que medida o mercantilismo “prepara” o capitalismo, é necessário que a análise se detenha nos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção. (...) Foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no Novo Mundo. Sob esses aspectos, pois, o escravo, negro ou mulato, índio ou mestiço, esteve na origem do operário. (Idem, p. 8, grifos do autor).

Válido ressaltar que Clóvis Moura em seu livro “História do Negro Brasileiro” (1992), já tecia a discussão no que tange a criação do mito do trabalhador branco, onde a desigualdade foi introduzida na vida social do brasileiro e interligado ao sistema capitalista muito antes do processo de abolição da escravidão. Desse modo, para Moura (1992, p. 62) “o negro, ex-escravo, é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalho livre, o racismo é remanipulado” o que concebe “mecanismos de

barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo do capitalismo dependente é implantado, perdurado até hoje”.

Tendo dito isto, os/as negros/as, ex-escravizados, podem ser entendidos como o fragmento “mais baixo da superpopulação relativa”, definição dada por Marx (2013, p. 470-471) ao que ele entendia por pauperismo, no qual “abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias”, a saber:

Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar superficialmente as estatísticas do pauperismo inglês para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria — aleijados, doentes, viúvas etc. —, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. (MARX, 2013, p. 470-471).

Portanto, não é pretendido no presente estudo mudar o contexto dos escritos de Marx (2013), mas sim refletir as nuances das particularidades da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, em que ao negro não foi permitida nenhuma condição de sobrevivência - para posteriormente apreender como o Serviço Social pode contribuir efetivamente de forma propositiva com transformações que viabilizem um fazer profissional pensado de forma crítica nas questões próprias da população negra, elaborando e fortalecendo o antirracismo.

A reflexão proposta é fundamentada partindo de produções de conhecimento a respeito das vivências da população negra e “nos impele a pensar sobre uma realidade de expropriação, opressão e morte de milhões de pessoas, que pela sua condição racial tornam-se vítimas preferenciais de um sistema de exploração capitalista e de dominação racista.” (ROCHA, 2011, p. 2).

É a partir desse movimento que a teoria social crítica marxista (dialética) tornar-se-á categoria central para entendimento das relações sociais, sobretudo, para embasar a atuação profissional sendo fragmentada de uma ação imediatista/superficial. O sentido da profissão apoiado no trabalho coletivo presente na divisão social e

técnica do trabalho e sua história no campo das relações sociais entre as classes e entre classes e Estado se alteram ao serem modificadas as variantes e as relações sociais donde se inscrevem. (ABEPSS, 1996)

Nos últimos anos referente a formação e ao trabalho (IAMAMOTO, 2001), O Serviço Social cresceu coletivamente no tocante a consolidação da profissão, com o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão Nº 8. 662/1993 e a Nova Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996. A esse respeito:

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional. A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. (...) O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdo (teórico-ético-político-cultural) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. (ABEPSS, 1996, p. 8).

Conforme Koike (2000), a constituição histórica do Serviço Social, mostra que o processo de formação profissional é um processamento constante de construção teórica, em busca de referencial teórico e métodos de fazer profissional, de modo que a capacitação dos/as Assistentes Sociais não se esgota naquilo que já está posto. Assim, a ABEPSS desde 1996 indica uma revisão do currículo no curso de Serviço Social, destacando-se os paradigmas teórico-metodológicos, bem como as proposições para atuação profissional pautada nos interesses sociais.

No sentido de contextualizar como o debate acerca das questões raciais chegou até os currículos formativos do Serviço Social, cabe destacar mudanças importantes no âmbito das políticas sociais. Assim sendo no contexto brasileiro a pauta racial ganha novos olhares a partir da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que ocorreu em Durban na África do Sul (2001), no qual o Brasil assinou um documento comprometendo-se a adotar Políticas de Ações Afirmativas, onde a que maior se destaca é a Lei de Cotas Raciais nº 12. 711/2012⁴. Contudo outros aparelhos foram

⁴A lei dispõe sobre a garantia da reserva de 50% das matrículas por curso, tal como em turnos nas

criados com a finalidade de promover a equidade entre as condições de vida de negros/as que tem seus direitos historicamente negados, como a Secretária de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2003); a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN (2010) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010), Lei 12. 288/2010 .

Faz-se saber que no ano de 2018 a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social tornou público os “Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-racial na Formação em Serviço Social”, com principal intuito de direcionar os/as profissionais da categoria a um fazer profissional embasado nas discussões a respeito questão étnico-racial. Apesar de recente, esse constructo profissional apresenta desafios na consolidação de um Projeto Formativo crítico. (ABEPSS, 2018).

Segundo Almeida (2013) a partir dos anos de 1980 os/as Assistentes Sociais engajados/as na luta contra o racismo vêm levantando o debate interno, ou, externo à profissão dialogando com o movimento negro e a categoria. Assim, cabe ressaltar a instituição do Código de Ética em 1993 que em seus princípios norteadores do fazer profissional atenta para uma atuação de enfrentamento a todas e quaisquer formas de opressão/discriminação/preconceito. Destaca-se também que a ABEPSS (1996), pauta em suas Diretrizes Curriculares o acréscimo de conteúdos em caráter obrigatório que tratem da questão racial.

Não se pode, portanto, negar a grande expansão do debate em área de Serviço Social, em ações como a criação do Grupo Temático de Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades da ABEPSS (2015); a Série Assistente Social no Combate ao Preconceito [3]; os Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-racial (2018) e o lançamento da campanha do dia do/a Assistente Social (2019) com o tema “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro. A gente enfrenta o racismo no Cotidiano!

Essas ações têm mostrado a preocupação das gestões da categoria e também seus profissionais em levantar o debate sobre a emergência de se pensar as peculiaridades da população negra que histórico-político-econômico-socialmente

Universidades Federais e Institutos Federais de Educação.

teve seus direitos negados em detrimento da cor de sua pele e de um discurso eurocêntrico que julgou não-humano aqueles que não se enquadram em seus ideais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeros os desafios apresentados aos processos de formação profissional em Serviço Social, tendo em vista que no cenário brasileiro, a população é atravessada por uma série de particularidades, das quais, a questão racial encontra-se como central na discussão dessas questões. A população negra, cruelmente, escravizada por quase quatrocentos anos, ainda colhe nos dias atuais os frutos desiguais do que foi o processo de colonização, enquanto a população branca segue lidando com os privilégios de não ser inferiorizado em detrimento de sua pertença racial.

Estruturar a formação de Assistentes Sociais, pautada nas discussões étnico-raciais, muito mais do que tratar de uma opressão em seu sentido mais direto, é pautar-se num fazer profissional que atue efetivamente na efetivação e mediação de direitos daqueles que ainda são os ocupantes dos maiores índices de pobreza, miséria, que não possuem acesso pleno à educação, saúde, moradia, lazer, mercado de trabalho, universidades e tantos outros espaços sociais.

O debate étnico-racial, é um objeto em construção em se tratando da formação em Serviço Social, entretanto, não se pode negar os avanços obtidos a partir da sensibilização da categoria no sentido de pensar estratégias que abarque as questões particulares da população negra. Com isso, propõe-se que para além das instituições, o debate chegue de forma crítica-propositiva nos espaços formativos, no ínterim de possibilitar que se percebam a necessidade de entender as disparidades sociais partindo das obstinadas desigualdades raciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Caderno ABESS, nº 7, São Paulo: Cortez Editora. 1997.

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO

SOCIAL. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social.** Vitória: ABEPSS, dez. 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf.

Acesso em: 30 jul. 2022.

ALMEIDA, M. S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argumentum.** Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764/10929>. Acesso em: 01 ago 2022.

CONSORTE, J. G. . A Questão do Negro: Velhos e Novos Desafios. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 5, n.1, p. 85-92, 1991

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Dominus Ed.; Edusp, 1965 (vol.2).

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, set./dez. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Resignificando e Politizando a Raça. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul. set. 2012.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

LOPES, Fernanda. In: WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres Negras:** um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Disponível: http://criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/livro_mulheresnegras.pdf Acesso em: 04 ago. 2022 .

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS: ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.

MADEIRA, Zelma de Araújo. **Questão racial e opressão:** desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/15440/10928/43853> Acesso em: 30 jul. 2022.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional** : dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. -- Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**, Feminismos plurais org Djamila Ribeiro. Polé, São Paulo, 2019.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Rio de Janeiro, Ipeafro, 2019.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Roseli. F. A Questão Étnico-racial e as Políticas de Ação Afirmativa: contribuição para o debate no Serviço Social. In: **Anais - XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - 2010**.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social": particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo : Companhia das Letras, 2019.

THEODORO, M. **Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas*, 8(1), 205-219. 2014

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/3D6F81pn1Nsm7lhGdgh1.pdf> Acesso em: 10 ago 2022.

1